

Renda e pobreza: os impactos do Plano Real*

Sonia Rocha**

Os indicadores de proporção de pobres construídos a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) com o objetivo de verificar a evolução da pobreza absoluta após a implantação do Plano Real revelam melhoria inequívoca no período compreendido entre julho de 1994 e janeiro de 1996 em todas as metrópoles analisadas (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre).

Introdução

Os resultados bem-sucedidos do Plano Real no controle da inflação são indisputáveis. Após um período de vigência de quase dois anos, de que os planos de estabilização anteriores nem de longe conseguiram se aproximar, a taxa de inflação permanece baixa. Existe consenso entre especialistas de que esta taxa deve continuar declinante, garantindo para 1996 uma inflação em torno de 15% ao ano - uma significativa e segura redução em relação àquela de cerca de 22% verificada em 1995 (1). Reconhecidamente, muitos ajustes estão ainda por ser feitos para garantir a continuidade do processo,

mas já estariam sendo gerados dividendos sociais inequívocos em função da melhoria do perfil distributivo após o plano de estabilização (Néri e Barros, 1996). Os bons resultados obtidos suscitam o interesse em relação aos efeitos do Plano sobre a pobreza absoluta, isto é, sobre a subpopulação cujo rendimento *per capita* se situa aquém do mínimo indispensável ao atendimento das necessidades básicas no âmbito do consumo privado. Na verdade, a questão da pobreza absoluta, sua persistência e a necessidade de conceber mecanismos para reduzi-la, tem sido, junto com a estabilização, tema central de interesse da sociedade brasileira na década de 90.

* Este texto foi apresentado na Conferência Nacional de Estatística (Confest), na mesa-redonda Equidade e Pobreza, comemorativa dos 60 anos do IBGE, em maio de 1996, no Rio de Janeiro. A presente versão, revista e corrigida, apresenta divergências em relação ao texto homônimo original, que teve cópias distribuídas informalmente. A autora agradece a Marcia Quintsir, chefe do DESIP/IBGE, pela presteza com que providenciou os dados detalhados de preços para as datas de referência deste estudo; a Marcio Duarte Lopes pela competente programação; a Sabine Barbara Pabst pelo cuidadoso tratamento das informações; e ao professor Rodolfo Hoffmann, que a alertou sobre incorreções presentes na primeira versão do texto.

** Economista, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Diretoria de Pesquisa (Dipes).

(1) Variação do INPC.

Se bem que o controle da inflação e medidas de política econômica que vêm sendo adotadas em função do Plano Real alterem, necessariamente, as condições de operação do sistema produtivo, com implicações sobre o emprego e a renda, seria simplório minimizar a importância de tendências evolutivas já claramente esboçadas desde os anos 80. A esse respeito, já se verificava o *descolamento* entre aumento da produção e crescimento do emprego na indústria desde a retomada de 1988. Apesar de a taxa de investimento ter permanecido baixa naquele período, o que estaria associado ao ambiente de incerteza econômica, para o qual a inflação alta contribuía de maneira decisiva, havia evidências inequívocas de reestruturação produtiva, terceirização e redução do emprego industrial. Nos serviços modernos, como o setor financeiro, também ocorria desde meados da década de 80 liberação de mão-de-obra, neste caso associada não somente à reestruturação administrativa das empresas, mas também à informatização. A tendência geral de crescente informalização do mercado de trabalho já era evidente há mais tempo, vinculada aos ciclos de curto prazo e à baixa taxa de investimento. Deste modo, a perda de postos de trabalho nos setores mais modernos e dinâmicos, assim como o aumento do contingente de trabalhadores informais, não são, definitivamente, fatos novos resultantes do Plano Real, como parecem sugerir muitos dos comentários sobre o assunto.

Embora não se trate de fatos novos, não é menor o interesse em conhecer sua evolução após julho de 1994. Ao considerar como se comportam os índices de pobreza no período mais recente, não se trata de examinar o comportamento do emprego, do salário ou de qualquer outra

variável *per se*. Ao contrário, busca-se uma evidência de resultado dos diferentes fatores intervenientes sobre o rendimento das famílias e sobre a incidência de pobreza absoluta.

Com o objetivo de examinar estas questões, o presente artigo se divide em duas partes, além desta introdução. Na primeira, trata-se essencialmente de questões associadas à mensuração da pobreza, destacando-se os aspectos vinculados aos requisitos, em termos de informações estatísticas, para a adoção de diferentes possibilidades metodológicas. Na segunda parte, tomando por base uma abordagem que adota linhas de pobreza local e temporariamente específicas, analisa-se a evolução de índices de pobreza obtidos com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para quatro datas de referência posteriores à implantação do Plano Real. Uma breve conclusão sintetiza as evidências empíricas quanto à evolução recente da incidência de pobreza absoluta nas seis metrópoles objeto do estudo.

Aspectos metodológicos e requisitos de informações estatísticas

Pobreza, renda e basic needs

Pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando associada à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos. Nas sociedades modernas, desde os estudos pioneiros de Rowntree no início do século (2), a forma mais freqüente de determinar quem é pobre consiste em comparar a renda de que dispõe com o valor mínimo necessário para operar ade-

(2) O primeiro estudo empírico sobre pobreza utilizando a renda como critério básico foi o de Rowntree (1901).

quadramente naquela sociedade – a chamada linha de pobreza (3). Nos anos 70, popularizou-se a abordagem analítica de *basic needs* (4), que, ao recorrer a indicadores físicos de resultado, como taxa de mortalidade, tinha algumas vantagens em relação aos procedimentos anteriores, que se baseavam na renda como *proxy* de bem-estar. Assim, ao evitar problemas de estabelecimento de equivalência de poder de compra e de diferenças nas preferências dos indivíduos devido a especificidades culturais, a abordagem de *basic needs* era mais adequada quando se tratava de realizar comparações entre países e monitorar os progressos no atendimento das necessidades básicas ao longo do tempo num contexto internacional. No entanto, tratava-se mais de exprimir objetivos e medir resultados no que concerne às condições de vida para a sociedade como um todo, do que de delimitar uma subpopulação pobre preferencialmente.

Em estudos nacionais sobre pobreza, o critério da renda manteve a sua primazia, evoluindo paulatinamente no sentido de uma especificação mais cuidadosa das linhas de pobreza com base em preferências reveladas, derivadas de pesquisas de orçamentos familiares (Orshansky, 1965 (5); Altimir, 1979) e da utilização de critérios de renda e de indicadores sociais de forma combinada, de modo a derivar o perfil dos pobres (INDEC, 1984; Boateng *et al.*, 1988).

No Brasil, os estudos que utilizam a abordagem da renda se dividem em duas grandes categorias: aqueles em que a linha de pobreza é definida em função do

salário mínimo e aqueles em que seu valor pretende refletir o custo de vida efetivo ao qual fazem face as populações de baixa renda. Em ambas as categorias, é consensualmente aceito que a variável de renda mais adequada para confronto com a linha de pobreza é a renda familiar *per capita*, que leva em consideração todos os rendimentos das pessoas do núcleo familiar, o número de pessoas e o papel da família como unidade solidária de consumo e rendimento.

Os estudos do primeiro grupo mais freqüentemente consideram um quarto de salário mínimo como valor da linha de pobreza. Como o salário mínimo real tem variado bastante ao longo do tempo, isto pode significar diferenças significativas no valor da linha de pobreza utilizada por autores que se referem aparentemente ao mesmo parâmetro (Pastore *et al.*, 1983).

Duas restrições importantes podem ser feitas ao uso de múltiplo do salário mínimo, mesmo a preços constantes, como linha de pobreza (Fox, 1990; Tolsa, 1993). A primeira é que não há garantia de que o valor arbitrado permita atender às necessidades básicas do indivíduo, o que significa, na verdade, ignorar todas as questões subjacentes vinculadas à determinação do nível de bem-estar desejável e à sua valoração. A segunda restrição, talvez mais importante, é que, ao se adotar um parâmetro nacional, ignoram-se os significativos diferenciais de custo de vida dos pobres entre estratos de residência (urbano, rural, metropolitano) e regiões.

A disponibilidade de dados com abrangência nacional sobre o consumo

(3) A linha de indigência, com valor necessariamente mais baixo que o da linha de pobreza, está associada ao rendimento necessário para atender apenas às necessidades alimentares.

(4) International Labour Office (ILO), *Employment, growth and basic needs: a one-world problem (The international basic needs strategy against chronic poverty)*. Nova York, Praeger, 1977, 223p.

(5) Linhas de pobreza baseadas em preferências dos indivíduos e efetivo custo de vida com que fazem face são utilizadas nos Estados Unidos nos programas de transferência de renda para as famílias pobres (Orshansky, 1965).

das famílias permitiu estimar valores localmente diferenciados para a linha de pobreza. As primeiras iniciativas neste sentido utilizaram os dados de consumo e de rendimento do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF-1974), do IBGE, tanto para estabelecer o valor da linha de pobreza, como para obter os indicadores de incidência de pobreza. O procedimento reconhecido na literatura especializada para estabelecer a linha de pobreza com base no consumo observado é simples, podendo ser resumido em quatro etapas: (a) definição dos requerimentos nutricionais médios a serem atendidos; (b) estabelecimento da cesta alimentar, compatível com as preferências da população de baixa renda e capaz de garantir o atendimento dos requerimentos nutricionais; (c) valoração da cesta alimentar, ou linha de indigência; (d) derivação da linha de pobreza, considerando o valor da cesta alimentar e o das demais despesas básicas. Apesar da simplicidade do procedimento, existem, a cada passo, múltiplas possibilidades empíricas a serem consideradas. Como resultado, a partir da mesma base de dados, cada autor deriva valores diferenciados para as linhas de indigência e de pobreza. A respeito dessas múltiplas possibilidades metodológicas, é ilustrativa a derivação, feita pelo Banco Mundial (World Bank, 1979), de três diferentes conjuntos de valores localmente específicos associados à cesta alimentar com base nos dados do ENDEF (6). Thomas (1982) e Fava (1984), utilizando metodologias semelhantes, também derivaram linhas de pobreza a partir do ENDEF e estimaram

a proporção de pobres no Brasil em 1974 como, respectivamente, 29% e 36%. É evidente, portanto, que resultados obtidos em termos de incidência de pobreza devem ser entendidos em função dos pressupostos teóricos adotados em cada caso na derivação das linhas de pobreza.

Quando se utilizam pesquisas diversas como fonte de informação para rendimento, a comparabilidade de indicadores de pobreza, seja *cross-section*, seja intertemporal, fica prejudicada. Deve-se ter em mente que pesquisas com características diversas resultam em diferentes graus de cobertura do rendimento das famílias, afetando os resultados obtidos. Assim, é sabido que inquéritos de orçamentos familiares, devido ao seu detalhamento e ênfase, garantem melhor cobertura dos rendimentos do que as pesquisas domiciliares anuais. Isto cria dificuldades, por exemplo, para a utilização de parâmetros de valor derivados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), de 1987-88, em conjunção com dados de rendimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (7). Estas pesquisas anuais, por sua vez, têm essa informação mais completa do que os censos demográficos. Deste modo, não são comparáveis resultados censitários e aqueles derivados da PNAD, devido a incompatibilidades na cobertura da renda nos dois tipos de pesquisa. As estimativas sobre pobreza no Brasil mais freqüentemente utilizadas, que se baseiam na PNAD, implicam pois, por conta da subestimação da renda, superestimação da incidência de pobreza (8).

(6) Os três valores derivados para a metrópole de São Paulo foram Cr\$ 2.408, Cr\$ 1.710 e Cr\$ 1.076 (valores correntes de agosto de 1974 relativos ao custo alimentar anual *per capita*). Cf. World Bank (1979:67).

(7) A respeito da comparação das variáveis de rendimento na POF e na PNAD, ver Barros, Mendonça e Néri (1995).

(8) Parte da subestimação da renda nas pesquisas domiciliares resulta da não consideração de benefícios indiretos, como vale-transporte e vale-alimentação, que têm uma importância ponderável no rendimento do trabalho da população de baixa renda e beneficiam um número de trabalhadores que se vem expandindo rapidamente, tanto no setor formal como no informal (Arbache, 1995).

Cabe lembrar que o estabelecimento de linhas de pobreza e a derivação de indicadores de pobreza como insuficiência de renda, dentre os quais o de proporção de pobres é o mais conhecido, constituem-se apenas em ponto de partida para estudos sobre pobreza cujo objetivo é o de caracterizar de forma ampla as subpopulações pobres, de modo a entender as causas da pobreza e definir mecanismos capazes de remediá-la, assim como monitorar a evolução da pobreza ao longo do tempo, inclusive nas suas especificidades espaciais (Rocha e Villela, 1990; World Bank, 1995). Neste sentido, já se dispõe, no Brasil, de um conjunto significativo de estudos que, utilizando como ponto de partida o critério de renda, descrevem as características de subpopulações pobres específicas, fornecendo subsídios para a implementação de políticas antipobreza.

Requisitos de informações estatísticas para a derivação de linhas de pobreza

Existe consenso entre especialistas de que, quando a disponibilidade de dados estatísticos o permitir, o estabelecimento de linhas de pobreza deve se basear no custo de vida efetivo para os pobres para áreas delimitadas, de modo a levar em conta especificidades locais de estrutura do consumo e de preços. O

ENDEF, realizado pelo IBGE em 1974-75, forneceu dados detalhados sobre despesas e consumo das famílias brasileiras. A amostra foi desenhada para permitir a representatividade das informações por classes de renda em 22 áreas (regiões e estratos de residência). O custo de uma pesquisa deste tipo é alto, de modo que a periodicidade de sua realização geralmente não é inferior a cinco anos.

Inquéritos com a abrangência do ENDEF não foram mais realizados no Brasil. A POF de 1987-88, que teve como objetivo principal a atualização da estrutura de pesos do sistema de índices de preços ao consumidor, foi limitada às nove regiões metropolitanas, Goiânia e Brasília. Em consequência, para cada uma destas áreas é possível dispor de dados de consumo mais recentes e valorar as estruturas de consumo estabelecidas para os pobres aos preços efetivamente vigentes na data de referência, derivados da pesquisa mensal de preços ao consumidor do IBGE. Nada se sabe, no entanto, sobre estrutura de consumo e preços para as áreas urbanas e rurais não-metropolitanas desde meados da década de 70. Esta é, sem dúvida, a lacuna mais importante quando se trata de realizar estudos de pobreza em âmbito nacional. Na falta de dados atualizados, a derivação de linhas de pobreza para as áreas não-metropolitanas baseia-se ge-

Tabela 1
Valores das linhas de pobreza relativas às datas especificadas para as seis regiões metropolitanas investigadas pela PME

Regiões Metropolitanas	Set-90		Jul-94		Jul-95		Dez-95		Jan-96		Sal. Min.	
	Cr\$	Sal. Min. (*)	R\$	Sal. Min. (*)								
Recife	4470,8700	73,8	45,5000	70,2	61,39000	61,4	64,71000	64,7	65,89000	65,9	Set-90	6056,31
Salvador	4904,6500	81,0	51,05000	78,6	64,33000	64,3	67,41000	67,4	68,25000	68,3	Jul-94	64,79
B. Horizonte	4622,6500	76,3	44,69000	69,0	55,65000	55,7	60,50000	60,5	61,49000	61,5	Dez-94	70
R. de Janeiro	5374,8200	88,7	57,74000	89,1	70,72000	70,7	76,34000	76,3	78,16000	78,2	Jul-95	100
São Paulo	6245,1900	103,1	63,96000	98,7	84,46000	84,5	91,13000	91,1	92,63000	92,6	Dez-95	100
P. Alegre	4979,6200	82,2	44,53000	68,7	55,21000	55,2	58,10000	58,1	58,41000	58,4	Jan-96	100

(*) Valor da linha.

FONTE: DIEESE.

ralmente no ENDEF ou em relações de custo de vida entre áreas metropolitanas e não-metropolitanas arbitradas pelo analista.

A questão da fragilidade da base empírica para a derivação de linhas de pobreza em áreas não-metropolitanas não será relevante na discussão que se segue. Na verdade, este estudo limitar-se-á às seis regiões metropolitanas que são investigadas no âmbito da Pesquisa Mensal de Emprego: Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Serão utilizadas linhas de pobreza que refletem a estrutura de consumo da população de baixa renda em cada uma dessas regiões, valoradas a preços ao consumidor dos meses de referência, utilizando como indexador os INPCs específicos por metrópole (Tabela 1). As linhas de pobreza referentes a setembro de 1990 foram utilizadas para a derivação de indicadores de pobreza a partir tanto da PNAD-1990 como da PME de outubro de 1990 (cuja data de referência é setembro de 1990).

A incidência de pobreza no período pós-Real

A variável rendimento nas pesquisas domiciliares

O interesse em verificar empiricamente o impacto do Plano Real sobre a renda e a incidência de pobreza esbarra em dificuldades devido à não disponibilidade de dados adequados para o período após julho de 1994. Na verdade, a fonte privilegiada para este tipo de estudo são pesquisas domiciliares de cobertura nacional, como os censos demográficos e

as PNADs. Contudo, esta última, apesar de ter periodicidade anual, excepcionalmente não foi realizada em 1994, e os resultados da PNAD-1995 ainda não estão disponíveis.

Dadas estas restrições, optou-se por recorrer à PME. Trata-se também de pesquisa domiciliar, mas de caráter conjuntural, voltada para o objetivo precípuo de acompanhamento do mercado de trabalho. Finalidades diferentes implicam conceitos e instrumentos diversos nas duas pesquisas, impedindo comparações entre elas. Para estudos de renda e pobreza, o recurso à PME traz duas vantagens principais. A primeira está associada ao fato de que a PME tem sua cobertura limitada a seis das nove regiões metropolitanas, que respondem por 87% da população metropolitana (9). Em consequência, não é possível acompanhar a evolução nas demais regiões metropolitanas, mas a lacuna mais grave concerne à ausência de informações em relação às áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, onde se localizam 71% da população brasileira. É verdade que o que ocorre nas seis metrópoles cobertas pela pesquisa provavelmente sinaliza, de maneira bastante adequada, o comportamento dos setores líderes da economia, que respondem mais rapidamente às mudanças estruturais e conjunturais. Ademais, evidências empíricas baseadas nas PNADs ao longo da década de 1980 mostram que a renda nos estratos urbanos e rurais acompanhou o nível de atividade da economia, embora este influencie de forma direta e imediata a evolução do rendimento nas áreas mais urbanizadas, como as metrópoles (Rocha, 1995).

A segunda desvantagem concerne à investigação do rendimento das pessoas. Enquanto a PNAD investiga uma

(9) Segundo estimativas baseadas na PNAD-1990, essas seis metrópoles concentravam 88% dos pobres metropolitanos e 25% dos pobres brasileiros (Rocha, 1995).

série de quesitos de rendimento, incluindo a remuneração dos diferentes trabalhos, mas também benefícios previdenciários, aluguéis recebidos e rendimentos de capital em geral, a PME limita-se a registrar os rendimentos do trabalho.

Tabela 2
Composição percentual da renda familiar com base em todos os rendimentos de todos os membros solidários(*) da família 1990

Regiões	Rendimentos (%)		
	Trabalho	Previdência	Outros
Brasil	84,3	12,5	3,1
Metropolitano	83,9	12,9	3,2
Urbano	83,2	13,2	3,6
Rural	87,4	10,5	2,0
São Paulo Urbano			
Total das famílias	83,4	12,9	3,7
Famílias pobres	64,6	26,8	8,6
Nordeste Rural			
Total das famílias	85,7	12,3	1,9
Famílias pobres	86,6	11,5	1,8

(*) Consideram-se como "membros solidários" aqueles que moram no mesmo domicílio e, estando ligados por laços de parentesco ou convivência, contribuem e participam da unidade econômica familiar. Excluem-se aqueles cuja condição na família é de pensionista, empregado ou parente do empregado.

FONTE: Rocha (1993), com base na PNAD-1990.

Reduz-se, assim, de forma significativa, o rendimento familiar *per capita*, que é a variável de confronto com a linha de pobreza para a determinação das subpopulações pobre e não-pobre. É importante notar que, conforme a PNAD-1990, os benefícios previdenciários têm uma participação de 12,5% na renda das famílias brasileiras, sendo que esta participação é mais elevada dentre as famílias pobres (16,4%), especialmente nas áreas mais desenvolvidas. Isto significa dizer que, ao levar em consideração tão somente o rendimento do trabalho, incorre-se, em princípio, em subestimação do rendimento das famílias e, conseqüentemente, em superestimação da incidência de pobreza como insuficiência de renda. Os dados da Tabela 2 mostram a partici-

pação de rendimentos de diferentes origens na formação da renda das famílias brasileiras em 1990.

Tabela 3
Valores médios de rendimentos construídos a partir da PNAD e da PME para o conjunto de seis regiões metropolitanas(*) Setembro de 1990 (em Cr\$)

Variáveis de Rendimento (Médias)	PNAD	PME
Rendimento de todos os trabalhos(**)	37.170,05	33.772,47
Renda familiar	59.349,55	57.810,09
Renda familiar <i>per capita</i>	15.866,50	18.225,48

(*) Seis metrópoles objeto de investigação pela PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

(**) Por pessoa ocupada.

FONTE: IBGE, PNAD-1990 e PME-out./1990; tabulações especiais.

É importante ter em mente, outrossim, a existência de diferenças conceituais entre a PNAD e a PME. Enquanto a PNAD, que é uma pesquisa anual, investiga o rendimento mensal bruto *normalmente recebido*, fazendo abstração, portanto, de flutuações atípicas que possam ter ocorrido no mês de referência, a PME registra o rendimento *efetivamente recebido* no mês. Na verdade, fatores ligados à coleta e a outras características diversas das duas pesquisas resultam em diferenças não só na variável rendimento do trabalho, como nas variáveis renda familiar e renda familiar *per capita*. A Tabela 3 apresenta o valor médio do rendimento do trabalho, considerando todos os rendimentos de trabalho de todas as pessoas ocupadas de dez anos e mais, inclusive aquelas com rendimento zero. A comparação para o mesmo período de referência, setembro de 1990, mostra rendimentos médios do trabalho mais elevados no caso da PNAD. A renda familiar, construída como somatório dos rendimentos do trabalho dos indivíduos solidários na família, também é superior na PNAD. A ordem de grandeza se inverte, porém, quando se trata da renda familiar *per capita*, evidenciando que a PNAD

capta maior número de pessoas sem rendimento do trabalho que a PME. São esses valores de renda familiar *per capita* os utilizados em confronto com a linha de pobreza para a delimitação da subpopulação pobre e derivação dos indicadores de pobreza como insuficiência de renda.

Existe uma extensa literatura sobre a maneira de derivar indicadores de pobreza a partir da distribuição dos rendimentos e a linha de pobreza. Aqui são apresentados os indicadores de proporção, de hiato de renda e um indicador sintético proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984), descritos sucintamente no Anexo I. A proporção de pobres é o indicador mais usual, que se refere ao número de pobres – isto é, ao número de indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior à linha de pobreza – em relação ao total da população. Na verdade, este indicador por si só é uma medida tosca de pobreza, já que nada informa sobre o nível e distribuição de renda dos pobres. Complementarmente, o hiato de renda informa sobre a intensidade da pobreza, isto é, o desvio médio da renda dos pobres em relação ao valor de referência dado pela linha de pobreza. Com o objetivo de considerar um terceiro aspecto da pobreza como insuficiência de renda, Foster, Greer e Thorbecke (1984) propuseram um indicador que leva em conta não apenas o número de pobres e a intensidade da sua pobreza, mas também variações da distribuição de renda entre os pobres, mediante o somatório da potenciação dos hiatos de renda relativos a cada um dos pobres. Utilizamos os hiatos de renda ao quadrado para a derivação do que chamamos índice sintético de pobreza (10).

A Tabela 4 mostra os indicadores de proporção de pobres, hiato de renda

e índice sintético para setembro de 1990, com base na PNAD e na PME, utilizando os mesmos critérios de construção da renda *per capita* e a mesma linha de pobreza. À guisa de ilustração, apresentam-se os indicadores obtidos a partir da PNAD utilizando critérios mais abrangentes de rendimento, isto é, todos os rendimentos de todas as pessoas e rendimentos do trabalho em dinheiro e mercadorias. Observa-se em particular que, mesmo considerando apenas o rendimento do trabalho em dinheiro, conceito de rendimento mais próximo nas duas pesquisas, os resultados obtidos para os indicadores de pobreza apresentam, como era de se esperar, algum desvio.

Tabela 4
Indicadores de pobreza como insuficiência de renda relativos a setembro de 1990. Uma comparação dos resultados obtidos a partir da PNAD e da PME para o conjunto das seis regiões metropolitanas(*)

Indicadores	Proporção (%)	Hiato da Renda (%)	Índice Sintético
PNAD			
Todos os rendimentos	28,87	44,46	0,07362
Rend. trabalho em dinheiro e mercadorias	36,77	54,20	0,14207
Rend. trabalho somente em dinheiro	36,79	54,30	0,14258
PME			
Rend. trabalho somente em dinheiro	29,95	55,21	0,12678

(*) Trata-se das seis metrópoles onde é realizada a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

FONTE: IBGE.

Estas considerações relativas às peculiaridades das duas pesquisas têm como objetivo acautelar o leitor quanto a comparações dos resultados que serão

(10) A respeito das propriedades desejáveis para os indicadores de pobreza como insuficiência de renda e os indicadores propostos por diferentes autores, ver Haguenaars (1986: cap. 6).

apresentados a seguir, baseados na PME, com os resultados divulgados anteriormente, com base na PNAD-1990. Tendo em vista as restrições à disponibilidade de dados já discutidas, é interessante examinar resultados intertemporais obtidos a partir da PME para ilustrar a ocorrência de efeitos sobre a renda e sobre a pobreza após o Plano Real.

A evolução da pobreza na vigência do Plano Real

Para a análise da evolução da pobreza na vigência do Plano Real foram utilizadas informações da PME para quatro momentos distintos: julho de 1994, primeiro mês do Plano; um ano depois, julho de 1995; e dois meses mais recentes com características de sazonalidade bem distintas, dezembro de 1995 e janeiro de 1996.

Os indicadores de pobreza como insuficiência de renda relativos a julho de 1994 (11), primeiro mês do plano de estabilização, são os piores quando as quatro datas de referência são consideradas. Tendo como base de referência setembro de 1990, a proporção de pobres aumenta fortemente – de 30% para 38% – para o conjunto das seis regiões metropolitanas, o que corresponde a 14,8 milhões de pessoas em julho de 1994. Verifica-se também o agravamento do indicador de intensidade da pobreza, dada pela redução do valor do rendimento médio dos pobres em relação à linha de pobreza (o que corresponde ao aumento do hiato da renda), e do índice sintético, este último levando em consideração, além da proporção e do hiato, também a desigualdade de rendimento entre os pobres. A evolução desses indicadores em cada uma das seis metrópoles se dá no mesmo

sentido, havendo poucas mudanças de *ranking* entre elas em relação a 1990. Cabe destacar a forte elevação da proporção de pobres em Salvador, que em 1994 passa a ocupar a posição mais adversa quanto a este indicador.

Tabela 5
Indicadores de pobreza como insuficiência de renda relativos às datas especificadas para o conjunto das seis regiões metropolitanas(*)

	Prop. Pobres (%)	Hiato (%)	Ind. Sintético	Nº de Pobres
Brasil				
Set/1990	29,95	55,21	0,1268	10.982.855
Jul/1994	38,22	57,92	0,1726	14.782.913
Jul/1995	28,24	61,41	0,1440	11.061.988
Dez/1995	27,34	62,33	0,1432	10.774.702
Jan/1996	28,75	62,04	0,1481	11.327.255

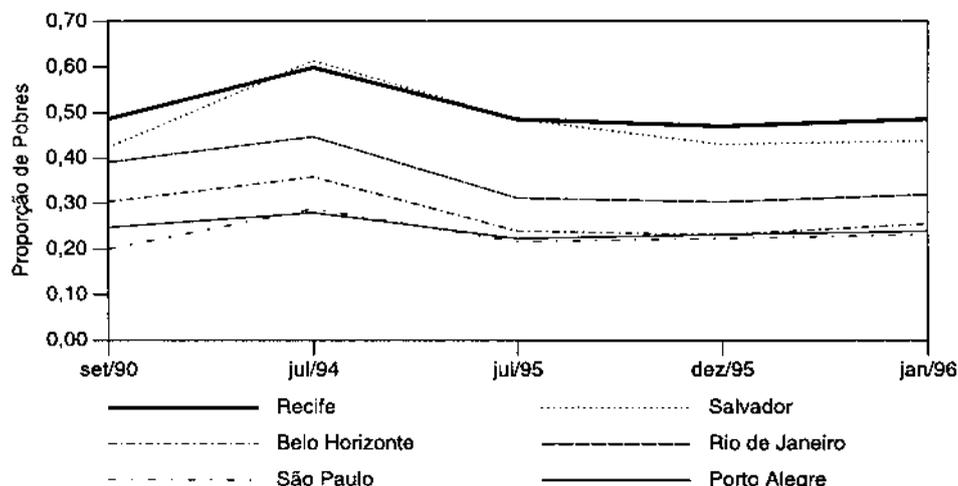
(*) Trata-se das seis metrópoles onde é realizada a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

FONTE: IBGE.

A PME mostra, portanto, um agravamento inequívoco da pobreza como insuficiência de renda sob todos os seus aspectos entre setembro de 1990 e julho de 1994. Certamente, porém, o mês de implantação do Plano Real não correspondeu ao momento de pico desses indicadores de pobreza, já que evidências diversas sugerem que a situação mais adversa ocorreu anteriormente. Assim, desde outubro de 1993 houve uma retomada sustentada da atividade da indústria de transformação, concentrada nas regiões metropolitanas. A taxa de desemprego aberto dessazonalizada derivada da própria PME mostra, a partir de janeiro de 1993, uma tendência clara de declínio, que será revertida apenas no primeiro semestre de 1995. Na verdade, em relação aos índices de desemprego, o período mais adverso ocorreu

(11) Trata-se de indicadores gerados a partir da PME de agosto de 1990.

Gráfico 1
Evolução da proporção de pobres nas seis regiões metropolitanas examinadas pela PME
Setembro de 1990 a janeiro de 1996



em 1992, quando em seis meses a taxa superou 6%.

De qualquer modo, julho de 1994 é a data de referência relevante para examinar a evolução ocorrida após a implantação do Plano Real (12). Considerando os indicadores obtidos um ano depois (Tabela 5 e Gráfico 1), fica evidente que o plano de estabilização permitiu uma inequívoca melhoria da renda, fazendo com que parcela significativa da população – 3,7 milhões de pessoas – ultrapassasse a linha de pobreza (ver Anexo II). A redução da proporção de pobres de 38% para 28% para o conjunto das seis regiões, correspondendo a 11 milhões de pessoas, evidencia um retorno ao patamar verificado em 1990 para esse indicador, havendo, porém, diferenças signifi-

cativas quando as metrópoles são analisadas separadamente: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre apresentam melhorias não somente em relação ao início do Plano, mas também quando em confronto com 1990; já a melhoria ocorrida em São Paulo e Salvador não permite ainda atingir o patamar de 1990, o que ocorre em Recife. De fato, estas diferenças de comportamento da proporção de pobres não estão associadas a aspectos óbvios de caráter regional ou ao nível de desenvolvimento produtivo ou social, devendo, provavelmente, ser imputadas a características locais.

Paralelamente à melhoria na proporção de pobres, observa-se no primeiro ano do Plano Real o agravamento do hiato de renda. Assim, embora haja me-

(12) O diferencial de taxas de inflação neste mês (7,75%) e nos meses de referência subsequentes (por exemplo, julho de 1995, 2,46%) implica alguma subestimação, no início do período, do rendimento dos trabalhadores cujo fluxo de rendimento se distribui ao longo do mês. Neri e Barros (1996) chamam a atenção para este efeito quando tratam da evolução do rendimento *per capita* por decil no período de junho de 1993 a setembro de 1995.

nos pobres em relação à população total, aqueles que estão abaixo da linha de pobreza apresentam, em média, renda familiar *per capita* mais baixa em relação ao período anterior. Para o conjunto das seis metrópoles, o hiato de renda passou de 0,58 em julho de 1994 para 0,61 um ano depois, significando que a renda média dos pobres equivalia a apenas 39% do valor da linha de pobreza. No entanto, o índice sintético declinou de 0,17 para 0,14, afetado preponderantemente pela queda forte da proporção de pobres. A evolução nas regiões teve características diferenciadas, os melhores resultados tendo ocorrido em Belo Horizonte e Rio de Janeiro (Tabela 6).

Este comportamento dos índices de pobreza no primeiro ano do Plano Real é ambivalente. O aspecto positivo consiste nos ganhos de renda, permitindo que parte dos pobres, provavelmente aqueles cujas rendas tinham valores mais próximos ao da linha de pobreza, ultrapassasse esse parâmetro e reduzindo a proporção de pobres de forma generalizada nas metrópoles analisadas. Em contrapartida, o contingente reduzido de indivíduos pobres tinha renda média mais baixa do que a verificada no primeiro mês do plano de estabilização. Estes resultados poderiam sugerir que, do ponto de vista da renda (13), a parcela dos mais pobres dentre os pobres estaria sendo deixada à margem dos benefícios do plano de estabilização. No entanto, o declínio do indicador sintético evidencia que o efeito combinado da evolução do número de pobres, do hiato da renda e da desigualdade entre pobres foi positivo.

Os indicadores relativos a dezembro de 1995 para o conjunto das regiões metropolitanas consideradas mostram a continuidade dessas tendências. A redu-

ção da proporção de pobres continuou ocorrendo embora a um ritmo mais lento, caindo para 27%, o que corresponde a 10,8 milhões de indivíduos pobres. Verifica-se também um pequeno aumento do hiato da renda. O indicador sintético fica praticamente estável.

Tabela 6
Indicadores de pobreza como insuficiência de renda relativos às datas especificadas para seis regiões metropolitanas

	Prop. Pobres (%)	Hiato (%)	Ind. Sintético	Nº de Pobres
Recife				
Set/1990	49,20	52,55	0,18365	1.389.026
Jul/1994	60,08	57,92	0,26255	1.798.758
Jul/1995	49,26	55,20	0,20593	1.489.764
Dez/1995	47,22	55,92	0,20054	1.434.968
Jan/1996	48,44	57,56	0,21323	1.472.027
Salvador				
Set/1990	42,08	52,33	0,15532	1.020.958
Jul/1994	61,83	55,80	0,25092	1.644.631
Jul/1995	49,10	56,45	0,20749	1.324.917
Dez/1995	43,04	54,26	0,17441	1.169.561
Jan/1996	44,13	54,05	0,17616	1.199.241
Belo Horizonte				
Set/1990	30,38	50,67	0,11277	1.017.040
Jul/1994	36,15	53,68	0,14472	1.304.058
Jul/1995	23,91	57,15	0,10957	871.988
Dez/1995	22,47	59,71	0,11166	823.923
Jan/1996	25,25	57,51	0,11652	925.830
Rio de Janeiro				
Set/1990	39,03	54,39	0,16207	3.891.056
Jul/1994	45,11	58,29	0,20622	4.549.805
Jul/1995	31,18	61,86	0,16236	3.171.272
Dez/1995	29,75	63,03	0,16113	3.038.457
Jan/1996	32,02	63,09	0,17115	3.270.886
São Paulo				
Set/1990	19,45	58,01	0,09091	2.947.941
Jul/1994	28,54	58,45	0,13313	4.617.527
Jul/1995	21,28	64,77	0,11914	3.494.131
Dez/1995	21,62	65,77	0,12315	3.575.327
Jan/1996	22,35	64,87	0,12405	3.695.250
Porto Alegre				
Set/1990	24,30	63,89	0,12984	716.835
Jul/1994	27,53	63,54	0,14758	868.335
Jul/1995	22,10	70,44	0,14026	709.918
Dez/1995	22,68	70,99	0,14470	732.466
Jan/1996	23,65	70,53	0,14934	764.021

FONTE: IBGE/PME.

(13) A análise refere-se ao efeito sobre a renda. A questão da melhoria do poder de compra devido à estabilização será mencionada mais adiante.

Ao examinarem-se os indicadores relativos a cada metrópole separadamente, delineiam-se três situações distintas. Em primeiro lugar, a das duas metrópoles nordestinas, que embora tenham tido melhorias significativas no período do Plano Real, apresentam em dezembro de 1995 condições de pobreza semelhantes às verificadas em 1990. Na verdade, elas mantêm proporções de pobres alarmantes, superiores a 40%, e indicadores de hiato da renda e sintético de pobreza a níveis também muito elevados, tendo em vista o nível do indicador de proporção. As evidências são de estabilidade da pobreza em patamares muito altos no médio prazo.

Um segundo grupo é formado pelas metrópoles de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, que apresentam proporções de pobres praticamente ao mesmo nível – 22% – em dezembro de 1995. As três apresentam melhorias na proporção de pobres no período do Plano Real e, exceto São Paulo, também em relação a 1990. Neste particular, o progresso realizado por Belo Horizonte, que reduz a proporção de pobres em 14 pontos percentuais no período de vigência do plano de estabilização e em cerca de oito pontos desde 1990, parece indicar uma evolução promissora da metrópole mineira. Cabe lembrar que as análises realizadas com base neste tipo de indicadores na década de 1980, para o conjunto de nove regiões metropolitanas, mostravam Belo Horizonte, acompanhada pela metrópole do Rio de Janeiro, numa situação intermediária entre as metrópoles do Norte/Nordeste e as de São Paulo/Sul (Rocha, 1995). A redução significativa do indicador sintético de 0,14 para 0,11 no período evidencia bem a diferença entre Belo Horizonte, por um lado, e São Paulo e Porto Alegre, por outro, quanto à evolução da pobreza.

Finalmente, o Rio de Janeiro aparece numa situação intermediária entre os dois grupos em função da proporção de pobres que se verifica em dezembro de 1995 – 30% –, resultado de uma significativa melhoria verificada durante o plano de estabilização em relação a indicadores muito adversos do período 1990-94.

Os resultados de dezembro são naturalmente afetados por efeitos sazonais: a renda é mais alta devido ao recebimento do 13º salário e o nível de emprego se eleva em função do pico de atividade nos setores de comércio e serviços devido às festas de fim de ano. Por essa razão, é interessante examinar os indicadores de pobreza obtidos a partir dos dados da PME de fevereiro, relativos ao mês de janeiro de 1996.

Em relação a dezembro, para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, ocorre um pequeno agravamento da proporção de pobres, com o aumento de 550 mil pobres – o que já era esperado em função do fator sazonal –, significando um retorno aos níveis de julho de 1995. Em contrapartida, há melhorias dos hiatos da renda. O indicador sintético de pobreza revela deterioração tanto em relação ao mês anterior como em relação a julho, quando a economia se encontrava bastante aquecida.

Ao considerar os resultados segundo regiões metropolitanas, observa-se que a evolução mais adversa se deu no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Vale observar que, no mesmo período, indicadores conjunturais sensíveis, como a taxa de desemprego aberto, eram mais elevados e deterioravam-se mais rapidamente em São Paulo. É interessante observar também que as mudanças que se verificam no mercado de trabalho não se rebatem de forma direta sobre os indicadores de pobreza (14), o que

(14) Por exemplo, de dezembro para janeiro últimos os índices de desemprego aberto se agravaram bem mais fortemente em São Paulo (de 5,09% para 6,28%) do que nas metrópoles do Rio de Janeiro (de 0,15% para 3,5%) e de Belo Horizonte (de 3,56% para 4,18%).

pode ser atribuído a duas causas principais. Por um lado, ao agravamento das condições do mercado de trabalho, afetando predominantemente indivíduos cuja renda familiar se situa acima da linha de pobreza. Por outro lado, ao papel redistributivo desempenhado pela família, vinculado à crescente participação na PEA, à informalização e aos ganhos de rendimento no setor informal.

Conclusões

Os indicadores de proporção de pobres construídos a partir da PME com o objetivo de verificar a evolução da pobreza absoluta após a implantação do Plano Real revelam melhoria inequívoca no período compreendido entre julho de 1994 e janeiro de 1996 em todas as metrópoles analisadas. Um significativo contingente de pobres ultrapassa o patamar da linha de pobreza, de modo que, para o conjunto das seis regiões metropolitanas, a proporção de pobres declina de 38% para 29%. Apesar da esperada deterioração da renda média dos indivíduos que permaneceram abaixo da linha de pobreza, já que o indicador de hiato da renda aumentou de 58% para 62%, o índice sintético mostrou uma evolução positiva, mesmo considerando as condições adversas do mês de janeiro.

Na verdade, esses dados revelam que a subpopulação pobre se beneficiou de evoluções positivas ocorridas no mercado de trabalho. Apesar da redução do nível de atividade no final de 1995, e do ritmo lento do início de 1996, a situação atual, comparada com a do início do Plano, é francamente positiva. Assim, a partir da própria PME, sabe-se que ocorreu no período a criação líquida de postos de trabalho para o conjunto das seis regiões, acompanhada do aumento de rendimento médio das pessoas ocupadas. O aspecto adverso relativo ao aumento do desemprego vincula-se claramente à redução dos postos de trabalho na indústria e

a um crescimento da população economicamente ativa mais acentuado do que o da população ocupada. Os níveis crescentes de desemprego são preocupantes devido às perspectivas de agravamento que decorrerão dos ajustes ainda por fazer. No entanto, os resultados líquidos dessas tendências foram a melhoria inequívoca do rendimento familiar na base da distribuição e a redução da pobreza absoluta.

Embora todas as metrópoles tenham apresentado tendência na mesma direção para os três indicadores de pobreza examinados, existem especificidades quanto à intensidade das variações locais que são dignas de nota. Em Recife e Salvador, melhorias significativas dos indicadores de proporção e sintético ocorridas entre julho de 1994 e janeiro de 1996 praticamente desaparecem quando se toma como base de comparação setembro de 1990. Na verdade, o efeito sobre a renda mensal foi o de recuperar perdas ocorridas no início da década. Nas metrópoles nordestinas, isto significa níveis de pobreza alarmantes, que podem atingir quase 50% da população. A evolução de padrão semelhante ocorrida no mesmo período em Porto Alegre tem, obviamente, implicações diversas porque envolve proporções de pobres relativamente baixas.

Em São Paulo, o agravamento dos indicadores de pobreza quando se considera o início da década é um fenômeno especialmente preocupante por duas razões. A primeira é que, embora a proporção de pobres em São Paulo seja baixa em termos relativos – 22% em janeiro de 1996 –, em termos absolutos corresponde a um contingente de 3,7 milhões de pessoas, ou um terço do total de pobres nas seis metrópoles estudadas. Trata-se de 2,5 vezes o número de pobres de Recife, onde a proporção de pobres é de 48% da população total. A segunda razão relaciona-se ao impacto sobre o emprego e sobre a renda da forte reestruturação do setor industrial no Brasil, que, além de reengenharia interna das empresas, inclui uma redistribuição espacial

das atividades que, reconhecidamente, vem ocorrendo em detrimento da região metropolitana de São Paulo. Trata-se de fenômeno já claramente esboçado em 1985 (15), mas que se vem acelerando com a retomada do investimento industrial e instalação de novas unidades manufatureiras após 1993.

Finalmente, Belo Horizonte e Rio de Janeiro apresentaram tal redução das proporções de pobres durante o Plano Real que foi possível compensar com folga a deterioração desse indicador ocorrida no início da década. Rio de Janeiro, mas especialmente Belo Horizonte, parecem estar se beneficiando mais diretamente da retomada da atividade econômica e dos novos investimentos industriais. Enquanto, no final do período estudado, Rio de Janeiro mantém sua situação intermediária entre Nordeste e São Paulo/Sul, Belo Horizonte já parece se incorporar ao grupo das metrópoles mais desenvolvidas, apresentando proporções de pobres semelhantes às delas mas – e este é um fato significativo – com indicadores de hiato de renda e sintético menos adversos.

É importante sublinhar que os indicadores de pobreza foram estimados levando-se em conta rendimentos e taxa de inflação mensais, o que suscita duas observações. A primeira é que mudanças de moeda impli-

cam um período de transição durante o qual medições estatísticas de preços e valores tomam-se mais precárias do que o são normalmente. No presente artigo utilizaram-se índices de preços do IBGE, que excluem os “resíduos estatísticos” – portanto, calculados na versão “vazia”. Apesar das contravérsias inevitáveis que cercam assuntos com implicações tão amplas, o procedimento tem respaldo na lei e em decisão judicial (16).

A segunda observação concerne ao fato de que, ao utilizar rendas e preços mensais, não se consideram os ganhos de renda real que ocorrem ao longo do mês em função da queda do ritmo inflacionário. À guisa de exemplo, a queda de inflação de 48% ao mês em junho de 1994 para 1% significaria um ganho de renda real de 27% ao mês para a parcela da renda que fosse dispendida em pagamentos diários idênticos ao longo do mês. São os efeitos combinados do aumento da renda mensal – que se refletem nos indicadores analisados – e da eliminação das perdas inflacionárias ao longo do mês que vêm impulsionando o consumo popular de alimentos, elétrico-eletrônicos e material de construção, alterando o perfil de consumo da economia brasileira e garantindo uma inequívoca melhoria das condições de vida dos pobres.

Anexo I

Indicadores de pobreza como insuficiência de renda

Dadas a distribuição da renda familiar *per capita* e a linha de pobreza, os indicadores de pobreza como insuficiên-

cia de renda apresentados no texto têm como objetivo informar sobre o nível e a evolução de diferentes aspectos relevan-

(15) Trata-se da “reversão da polarização industrial da área metropolitana de São Paulo”, que seria um dos fatores explicativos da tendência das rendas *per capita* estaduais no período 1970-85 (Ferreira e Diniz, 1995).

(16) O artigo 38 da Lei nº 8.880 trata da questão dos resíduos estatísticos, que não podem ser incorporados aos índices de preços usados para fins de correção monetária. Decisão judicial (Banco Garantia *versus* Banco Central) estabeleceu jurisprudência na matéria.

tes do fenômeno. A medida proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) tem a vantagem de atender às propriedades desejáveis (17), sendo, ao mesmo tempo, de operacionalização relativamente simples. Assim, se as rendas *per capita* forem ordenadas, tais que

$$y_1 \leq y_2 \leq \dots y_q < z < y_{q+1} \leq \dots \leq y_n,$$

onde z é a linha de pobreza, n é a população total e q o número de pobres, o índice de Foster, Greer e Thorbecke, chamado FGT, pode ser expresso como:

$$FGT_\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha; \alpha \geq 0$$

O índice considera, portanto, a intensidade da pobreza, expressa pela medida relativa do hiato de renda para cada um dos indivíduos pobres, $(z - y_i)/z$. Esta razão é potencializada por α , de acordo com a importância que se queira dar à intensidade da pobreza no índice. O somatório dos hiatos potencializados para toda a população pobre é normalizado pelo tamanho da população total.

Cabe notar que, conforme varia o valor de α , a medida FGT assume características interessantes, a saber:

a) Quando $\alpha = 0$, a questão da intensidade da pobreza não é levada em consideração e o FGT torna-se igual à proporção de pobres na população total (H). Assim:

$$FGT_{\alpha=0} = \frac{q}{n} = H$$

Esta medida simples é normalmente criticada por limitar-se apenas ao número de pobres na população, sem levar

em conta quão pobres eles são ou os aspectos ligados à desigualdade de renda entre eles.

b) Quando $\alpha = 1$, leva-se em conta simultaneamente a proporção de pobres e a intensidade da pobreza através da razão do hiato de renda, que pode ser expressa alternativamente como

$$I = \frac{z - \bar{y}}{z}$$

onde \bar{y} é a renda média dos pobres. Então,

$$FGT_{\alpha=1} = H * I$$

Assim, embora esta medida seja melhor do que as suas componentes isoladamente, ela apresenta a desvantagem de não incorporar a desigualdade de renda entre os pobres, já que considera apenas a sua renda média.

c) Quando $\alpha \geq 2$, também os aspectos da desigualdade de renda entre os pobres são levados em conta, na medida em que se potencializam os valores dos hiatos de renda. Naturalmente, quanto maior for o valor de α , maior o peso atribuído ao componente de desigualdade de renda no indicador de pobreza.

Ao considerar simultaneamente a proporção de pobres, o hiato de renda e a desigualdade de renda, o FGT para $\alpha = 2$ foi referido no texto como índice sintético de pobreza. Além das vantagens computacionais que não cabe explicitar nesta nota, o índice sintético facilita a análise evolutiva da pobreza como insuficiência de renda, especialmente quando índices relativos aos três aspectos da pobreza apresentam evoluções em direções opostas, o que ocorre frequentemente.

(17) Para os requerimentos axiomáticos a serem satisfeitos pelas medidas de pobreza como insuficiência de renda, ver Haguenaars (1986: 121-125)

Anexo II

Considerando que na PME os índices de não-resposta para o item de renda são relativamente altos e apresentam elevada variância entre metrópoles e/ou na mesma metrópole em diferentes meses, optou-se por gerar o número de pobres aplicando a proporção derivada a partir da população para a qual se tem informação de renda ao total da população residente. Isto não afeta os indicadores de pobreza e evita a oscilação do número de pobres em função da frequên-

cia de não-resposta, independentemente do comportamento da renda, que é a variável relevante para o estudo. Os dados abaixo ilustram a variação do percentual de não-resposta da renda para os meses estudados.

São Paulo	- setembro de 1990	- 1,51%
	- dezembro de 1995	- 7,98%
Salvador	- julho de 1994	- 23,77%
	- janeiro de 1996	- 8,82%

Referências bibliográficas

- ALTIMIR, Oscar. *La dimensión de la pobreza en America Latina*. Santiago do Chile, Cuadernos de la Cepal, 1979.
- ARBACHE, Jorge Saba. *Uma introdução aos salários indiretos no Brasil*. Brasília, Universidade de Brasília, Série Textos Didáticos, n. 12, julho de 1995.
- BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. e NÉRI, M. An evaluation of the measurement of income and expenditure in household surveys: POF versus PNAD. Rio de Janeiro, Ipea, mimeo, 1995.
- BOATENG, O.; EWUSI, K.; KANBUR, R. e MCKAY, A. *A poverty profile for Ghana*. Washington, D.C., The World Bank, 1988.
- FAVA, Vera Lúcia. *Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil*. São Paulo, FIPE/USP, 1984.
- FERREIRA, A.H.B. e DINIZ, C.C. "Convergência das rendas *per capita* estaduais no Brasil". *Revista de Economia Política*, vol. 15, n. 4(60), out.-dez., 1995, pp. 38-56.
- FOSTER, J.; GREER, J. e THORBECKE, E. "A class of decomposable poverty measures". *Econometrica*, vol. 52, 1984, pp. 761-7.
- FOX, Louise. *Poverty alleviation in Brazil, 1970-1987*. The World Bank, mimeo, 1990.
- HAGUENAARS, A.J.M. *The perception of poverty*. Amsterdam, North Holland, 1986.
- INDEC. *La pobreza en la Argentina*. Buenos Aires, INDEC, 1984.
- NÉRI, Marcelo e BARROS, Ricardo P. "Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização". *Carta de Conjuntura, Ipea/Dipes*, n. 62, fevereiro de 1996.
- ORSHANSKY, M. "Counting the poor: another look at the poverty profile". *Social Security Bulletin*, vol. 28, 1965.
- PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H. e PAGOTTO, C. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980*. São Paulo, FIPE/Livraria Pioneira, 1983.
- ROCHA, Sonia. "Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80". *Boletim Conjuntural*, n. 12, janeiro de 1991, pp. 35-9.
- _____. *Brazil in 1990 - a poverty profile*. Relatório para o Banco Mundial, 1993.
- _____. "Governabilidade e pobreza - o desafio dos números". In: VALLADARES, L. e COELHO, M. (orgs.), *Governabilidade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, pp. 221-65.
- ROCHA, Sonia e VILLELA, Renato. "Caracterização da subpopulação pobre metropolitana - resultados de uma análise multivariada". *Revista Brasileira de Economia*, 44 (1), jan.-mar., 1990, pp. 35-53.

- ROWNTREE, B.S. *Poverty: a study of town life*. Londres, MacMillan, 1901.
- THOMAS, Vinod. *Differences in income, nutrition and poverty within Brazil*. Washington, D.C., World Bank, Staff Working Paper n. 505, 1982.
- TOLOSA, Hamilton. "Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80". In: VELLOSO, J.P. e ALBUQUERQUE, R.C. (orgs.), *Pobreza e mobilidade social no Brasil*, São Paulo, Nobel, 1993.
- WORLD BANK. *Brazil – human resources special report*. Washington, D.C., World Bank, 1979.
- _____. *Brazil – a poverty assessment*. Washington, D.C., World Bank, Report n. 14323-BR, 1995.

RESUMO - Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. *Os resultados bem-sucedidos do Plano Real no controle da inflação suscitam o interesse em relação aos seus efeitos sobre a pobreza absoluta, isto é, sobre a subpopulação cujo rendimento familiar per capita se situa aquém do mínimo indispensável para o atendimento das necessidades básicas no âmbito do consumo privado. Dado que, até meados de 1996, não se dispunha de informações estatísticas adequadas para a análise dessa questão no período após julho de 1994, optou-se por recorrer à Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) como fonte de microdados. Por esta razão, a primeira seção discute a questão metodológica, tendo por base indicadores de pobreza obtidos a partir da PME e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) para uma mesma data de referência em 1990. Para o período pós-Real, e utilizando apenas a PME, foi examinada a evolução dos indicadores de pobreza para quatro datas nas seis regiões metropolitanas investigadas (Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre). Apesar de situações locais diferenciadas em termos de incidência de pobreza absoluta e de progressos realizados no período, observa-se a consistente redução da proporção de pobres, tendo como contrapartida o agravamento da intensidade de pobreza, medida pelo hiato da renda. No entanto, o indicador sintético, considerando simultaneamente os três aspectos da pobreza, revela que houve melhora inequívoca no período.*

ABSTRACT - Income and poverty: the effects of the Real Plan. *The Real Plan success in taming inflation arose the interest in its effect on absolute poverty, that is, on the population whose per capita household income is situated below the estimated minimum for meeting basic needs. Considering that, until mid-1996, household income data for the period after the plan were not available, our choice was to use micro-data from the Employment Monthly Survey (PME/IBGE) as basic source. For this reason the first section discusses methodological questions related to deriving poverty indicators from the PME and from the Annual Household Survey (PNAD/IBGE) for 1990. Then, for the Real Plan period and using PME data only, poverty indicators were obtained for four different months and for six metropolitan regions investigated in the survey. Despite differences among the metropolises in what concerns poverty incidence levels and the evolution of poverty, there is evidence of a consistent reduction in the proportions of poor and some increase of the income gap ratios. Nevertheless, the indicator which encompasses the three aspects of poverty shows an unequivocal improvement during the period.*

(Recebido para publicação em junho de 1996).